



Ativas Data Center Ltda. - CNPJ/MF nº 10.587.932/0001-36

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Balanços Patrimoniais, Nota, 2023, 2022. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, etc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Ativas Data Center Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontram-se na Rua Agnêrio Araújo, 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG e possui escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Empresa tem como objeto social: i. A prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação. ii. O armazenamento de base de dados e site-backup. iii. A prestação de serviços profissionais de Segurança da Informação e disponibilidade. iv. A prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet. v. O licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação. A Empresa atua como uma MSP ("Managed Service Provider") e oferece plataforma completa de infraestrutura e serviços de gestão de TI, conforme detalhado abaixo: "Cloud": soluções em nuvem capazes de suportar as mais diversas aplicações; "Infraestrutura": soluções de infraestrutura com alta disponibilidade e redundância, indicada para empresas que necessitam manter suas operações em um ambiente seguro, confiável e escalável. "Serviços Gerenciados": são alternativas para ter um ambiente de TI administrado por especialistas, independentemente da localização. "Cybersecurity": solução para eliminar possíveis ameaças, controlando tentativas de fraudes e invasões. "Site "Operation": maximização da confiabilidade da infraestrutura tecnológica de empresas que possuem Data Center próprio. Em 19 de outubro de 2016, foi concluída a entrada do novo sócio estratégico, Sonda Proxwork Outsourcing Informática Ltda. ("Sonda"), no quadro de acionistas da Empresa. A transação foi concluída após aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, bem como cumprimento das demais obrigações precedentes. A Sonda assumiu o controle acionário na Empresa, sendo detentora de 60% das ações. Em maio de 2021, a Sonda adquiriu da Ativas Participações S.A., percentual adicional de 20,40%, totalizando 80,40% o percentual de participação direta na Ativas Data Center S.A. Em novembro de 2022, a Sonda Proxwork Informática Ltda., a qual incorporou a Sonda Proxwork Outsourcing Informática Ltda., adquiriu os 19,60% restante, totalizando 100,00% do percentual de participação na Ativas Data Center S.A. Como parte do processo de fortalecimento de sua atuação no setor e reequilíbrio financeiro, a administração da Empresa colocou em prática um plano abrangente composto por diversas medidas para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro e patrimonial e consequente lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações que refletiram diretamente nos resultados de 2023. Dentre as principais ações, destacam-se: Gestão do fluxo de caixa - renegociações e postergações de prazos: Com início em 2021, e a manutenção em 2023, a administração procedeu renegociação de contratos com os fornecedores da Empresa para alinhar a aquisição de insumos e recursos com as expectativas relacionadas à futura demanda para os serviços e os produtos da Empresa. Efetuou a avaliação dos contratos com os clientes, considerando a demanda no cenário atual. As condições dos empréstimos e financiamentos da Empresa com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores foram renegociadas para mitigar eventuais riscos de liquidez. Um comitê de crise monitora as medidas de incentivo à economia, como postergação de prazo para pagamento de impostos e encargos sociais, perdões de dívidas e renegociação de parcelamentos, a fim de incorporar e aproveitar tais medidas para minimizar o impacto da crise nos resultados da Empresa. Após os impactos causados pela pandemia nos exercícios de 2020 e 2021, a Empresa apresentou uma melhora nos resultados, reduzindo os prejuízos por meio do plano estratégico da administração e demais meios mencionados acima apresentando um resultado positivo já em 2023. Investimento e orçamento: O orçamento de 2023 e as projeções futuras também passaram por uma revisão. Os resultados e investimentos esperados foram readequados e realinhados com as novas estratégias para minimização dos potenciais impactos da pandemia. A administração entende que essas principais ações, aliadas a outras de menor impacto, são importantes para minimizar os impactos e para atingir as expectativas e metas da Empresa. Alteração societária: Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária registrada na JUCESP em 23 de janeiro de 2023, foi aprovada a transformação da sociedade anônima Ativas Data Center S.A. em uma sociedade limitada sob a denominação Ativas Data Center Ltda. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório - International Financial Reporting Standards (IFRS). A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 5. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 8 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento. 2.2. Reclassificação dos saldos comparativos: Para melhor apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a administração decidiu por uma reclassificação de determinados saldos comparativos, conforme demonstrado abaixo: Dessa forma, a seguinte peça contábil e suas respectivas notas explicativas são reapresentadas:

Table with columns: Balanço patrimonial, Saldo original, Reclasseficação, Reclasseficação. Rows include Fornecedores e contas a pagar, Outras contas a receber com partes relacionadas, etc.

Considerando os efeitos materiais acima demonstrados não foram aplicados os aspectos em atendimento às orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e esse fato não representa uma representação das demonstrações financeiras. 3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios iniciais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico. b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico. c) Outras normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas

tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). 4. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa da Empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com o objetivo de atender a compromissos de caixa de curto prazo. b) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Empresa (nota explicativa 8). Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzida pelas estimativas de perdas esperadas, a título de perdas de créditos esperadas (PCE). c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre: ativos; passivos; os valores contábeis das demonstrações financeiras; e sobre o prejuízo fiscal/base negativa. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social foram apurados na Demonstração do Lucro Real e são controlados na parte B do LALUR, conforme cada período, partindo do lucro líquido contábil mais adições, menos exclusões e compensações, podendo ser compensados independentemente de qualquer prazo, desde que observado em cada período de apuração o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de existência de lucro tributável futuro. d) Outros ativos circulantes e não circulantes: São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. e) Imobilizado: O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável. A Empresa revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. As taxas médias de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Table with columns: Descrição, Taxa média de depreciação. Rows include Edifícios e benfeitorias (2%), Veículos (60%), Máquinas equipamentos (33%), Informática e Hardware (33%), Outros (20%).

A Empresa aplica julgamentos na avaliação e na determinação das vidas úteis remanescentes dos ativos. Entre outros temas, essas avaliações incluem: i. comparação com as tendências de outras empresas do setor; ii. análises de eventual defasagem tecnológica; iii. obsolescência; e iv. necessidade de renovação dos equipamentos, imposta pelos clientes. f) Intangível: Software e licenças: Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e amortizados pelo método linear. Marcas e patentes: Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada do bem. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): A Empresa efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor de uso, isto é, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Empresa reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Caso não seja determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. g) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. h) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis líquidos dos custos da transação e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, o qual é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a Empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. i) Provisões para riscos: As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributárias indiretas) são reconhecidas quando: i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor líquido estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. j) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros da Empresa são contabilizados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de hedge efetivo, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivo financeiro a valor justo por meio de resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de

Table with columns: Demonstrações de Resultados, Nota, 2023, 2022. Rows include Receita operacional líquida, Custos das mercadorias e serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Table with columns: Demonstrações dos Resultados Abrangentes, 2023, 2022. Rows include Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros componentes do resultado abrangente do exercício, Resultado abrangente do exercício.

Table with columns: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Capital social, Reserva de capital, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 31/12/21, Prejuízo do exercício, Saldos em 31/12/22, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/23.

Juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Compensação de instrumentos financeiros (apresentação líquida): Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. k) Reconhecimento de receita: A receita contábil e o valor justo da contraaprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa, que possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como o desenvolvimento de software, a entrega está prevista em contrato. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Pronunciamento Técnico CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. l) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que envolvem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, as quais não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraaprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao efetuar essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou, ainda, seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre esse ativo. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa desse passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraaprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam para caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Capital

Table with columns: Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, Fluxos de caixa das atividades operacionais, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Ajustes para: Depreciação e amortização, Encargos financeiros, etc.

social: As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. m) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito por período de 12 (doze) meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 (trinta) dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetivas de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. (ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, as quais são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs, ou grupos destas, em que se espera que se beneficiarão das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado à UGC (ou grupo de UGCs) e, então, para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo) de forma pro rata. n) Arrendamento mercantil: A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de alugueis e arrendamentos, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Empresa, que corresponde a aproximadamente a sua taxa de captação no período (6,40% a.a.). A Empresa mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver mudança nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Empresa aplica julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação sobre se a Empresa pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamento. 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Empresa realiza julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas. a) Perdas de créditos esperadas ("PCE"): As perdas de créditos esperadas são constituídas para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Empresa estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais definindo coeficientes e premissas na determinação da taxa de perda esperada, com base em modelos estatísticos construídos com informações históricas de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos. b) Provisões para riscos: A Empresa é parte em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. Essa estimativa pode ser alterada em virtude do andamento processual, jurisprudências em casos similares e eventuais acordos entre as partes. c) Vida útil remanescente do ativo imobilizado: O uso e consequente desgaste do ativo imobilizado são estimados com base nas características, na localização, na utilização e em outros fatores de um grupo de ativos. Essas circunstâncias podem alterar a vida útil e, quando isso ocorre, a administração revisa e altera a taxa de depreciação dos ativos. d) Apuração e realização dos impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias, os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado

exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de se registrar no montante do ativo fiscal diferido.

6. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Table with columns: Ativos, Valor contábil, Valor justo, Nota. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, etc.

Passivos Pelo custo amortizado Fornecedores 15 5.390 5.390 6.783 6.783

Table with columns: Ativos, Valor justo em 2023, Nível 1, Nível 2. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, etc.

Passivos Arrendamento mercantil - Locação 16 998 - 998

• Nível 1: são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. • Nível 2: são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado pro rata die.

7. Caixa e equivalentes de caixa: A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. Sendo assim, a administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa.

8. Contas a receber: Descrição Faturas a receber 10.391 15.017

9. Tributos a recuperar: Descrição PIS e COFINS 627 1.438

10. Despesas antecipadas: Descrição Serviços em andamento 78 212

11. Outras contas a receber e outras contas a pagar com partes relacionadas: Descrição Ale Participações Societárias S.A. Brasil Reais - 485

12. Tributos diferidos: Descrição Prejuízo fiscal (330.507) (329.200)

13. Imobilizado: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 5.000 45.793

14. Intangível: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 10.009 10.009

15. Fornecedores e contas a pagar: Descrição Serviços 5.390 6.783

16. Direito de uso e arrendamento mercantil - Locação: Descrição Ativo circulante 17.293 21.389

17. Empréstimos e financiamentos: Descrição Ativo circulante 26.519 26.519

18. Obrigações sociais e trabalhistas: Descrição Salários, remunerações e benefícios (32.323) (26.307)

19. Obrigações tributárias: Descrição ISS a pagar 367 397

20. Provisões para riscos: Descrição Trabalhistas 3.437 2.537

21. Patrimônio líquido: Descrição Sonda Prowork Informática Ltda. 99,99% 182.062.551

22. Receita operacional líquida: Descrição Multi-indústrias 32.686 26.495

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. (i) Risco de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Risco cambial: A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, as compras e os empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Empresa. A moeda funcional da Empresa é basicamente o real (R\$).

Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras CDI 14.324 1.704

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: Todas as aplicações financeiras da Empresa estão atreladas ao CDI. A Empresa não apresentou análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros por fato de o valor ser irrelevante.

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Divida líquida Empréstimos e financiamentos 19.289 26.519

7. Caixa e equivalentes de caixa: Descrição Caixa 65 31

8. Contas a receber: Descrição Faturas a receber 10.391 15.017

9. Tributos a recuperar: Descrição PIS e COFINS 627 1.438

10. Despesas antecipadas: Descrição Serviços em andamento 78 212

11. Outras contas a receber e outras contas a pagar com partes relacionadas: Descrição Ale Participações Societárias S.A. Brasil Reais - 485

12. Tributos diferidos: Descrição Prejuízo fiscal (330.507) (329.200)

13. Imobilizado: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 5.000 45.793

14. Intangível: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 10.009 10.009

15. Fornecedores e contas a pagar: Descrição Serviços 5.390 6.783

16. Direito de uso e arrendamento mercantil - Locação: Descrição Ativo circulante 17.293 21.389

17. Empréstimos e financiamentos: Descrição Ativo circulante 26.519 26.519

18. Obrigações sociais e trabalhistas: Descrição Salários, remunerações e benefícios (32.323) (26.307)

19. Obrigações tributárias: Descrição ISS a pagar 367 397

20. Provisões para riscos: Descrição Trabalhistas 3.437 2.537

21. Patrimônio líquido: Descrição Sonda Prowork Informática Ltda. 99,99% 182.062.551

22. Receita operacional líquida: Descrição Multi-indústrias 32.686 26.495

Remuneração da administração: A remuneração e os benefícios da Diretoria executiva totalizaram R\$ 1.461 em 2023 (R\$ 1.498 em 2022).

12. Tributos diferidos: Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias.

Saldo inicial Base de cálculo das movimentações Impostos diferidos relativos a depreciações

13. Imobilizado: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 5.000 45.793

14. Intangível: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 10.009 10.009

15. Fornecedores e contas a pagar: Descrição Serviços 5.390 6.783

16. Direito de uso e arrendamento mercantil - Locação: Descrição Ativo circulante 17.293 21.389

17. Empréstimos e financiamentos: Descrição Ativo circulante 26.519 26.519

18. Obrigações sociais e trabalhistas: Descrição Salários, remunerações e benefícios (32.323) (26.307)

19. Obrigações tributárias: Descrição ISS a pagar 367 397

20. Provisões para riscos: Descrição Trabalhistas 3.437 2.537

21. Patrimônio líquido: Descrição Sonda Prowork Informática Ltda. 99,99% 182.062.551

22. Receita operacional líquida: Descrição Multi-indústrias 32.686 26.495

23. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas: Descrição Manutenção de equipamentos (32.323) (26.307)

24. Despesas comerciais: Descrição Salários, remunerações e benefícios (383) (1.051)

A Empresa elabora anualmente estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados, de acordo com as expectativas da administração, considerando a continuidade da Empresa, e reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível.

Conciliação com resultado: A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

Resultado antes dos impostos Aliquota fiscal combinada 34% 34%

13. Imobilizado: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 5.000 45.793

14. Intangível: a. Custo contábil Saldo em 1 de janeiro de 2022 10.009 10.009

15. Fornecedores e contas a pagar: Descrição Serviços 5.390 6.783

16. Direito de uso e arrendamento mercantil - Locação: Descrição Ativo circulante 17.293 21.389

17. Empréstimos e financiamentos: Descrição Ativo circulante 26.519 26.519

18. Obrigações sociais e trabalhistas: Descrição Salários, remunerações e benefícios (32.323) (26.307)

19. Obrigações tributárias: Descrição ISS a pagar 367 397

20. Provisões para riscos: Descrição Trabalhistas 3.437 2.537

21. Patrimônio líquido: Descrição Sonda Prowork Informática Ltda. 99,99% 182.062.551

22. Receita operacional líquida: Descrição Multi-indústrias 32.686 26.495

23. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas: Descrição Manutenção de equipamentos (32.323) (26.307)

24. Despesas comerciais: Descrição Salários, remunerações e benefícios (383) (1.051)

25. Despesas administrativas:		2023	2022	Descrição	2023	2022
Descrição				Atualização monetária ativa	17	52
Salários, remunerações e benefícios	(2.945)	(4.157)		Variação cambial ativa	18	95
Férias e 13º salários	(587)	(643)			1.568	940
Serviços de terceiros	(535)	(1.206)		<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sociais	(527)	(570)		Juros sobre leasing Passivo	(2.324)	(2.513)
Seguro de vida	(463)	(428)		Juros sobre empréstimos e financiamentos	(777)	(1.159)
Assistência médica	(229)	(227)		Outras despesas financeiras	(268)	(169)
Vale alimentação, vale refeição e vale transporte	(153)	(181)		Impostos sobre operações financeiras	(91)	(355)
Outras despesas	(157)	(17)		Juros e multa de mora por atraso	(19)	(12)
<b>Total</b>	<b>(5.596)</b>	<b>(7.429)</b>		Atualização monetária passiva	(15)	(700)
				Despesas financeiras com fianças	-	(5)
					<b>(3.494)</b>	<b>(4.913)</b>
<b>26. Outras receitas e despesas operacionais líquidas:</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Finanças líquidas</b>	<b>(1.926)</b>	<b>(3.973)</b>
Descrição						
Contingências	(1.323)	(738)				
Perdas com depósitos judiciais	(478)	(42)				
Outras receitas (despesas) operacionais	(94)	(328)				
Gastos com reestruturação	-	(131)				
	<b>(1.895)</b>	<b>(1.239)</b>				
<b>27. Resultado financeiro, líquido:</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>			
Descrição						
<b>Receitas financeiras</b>						
Juros sobre mútuos ativo	1.213	44				
Rendimento sobre aplicações	269	695				
Juros sobre recebimento de clientes	27	29				
Outras receitas financeiras	26	25				

beis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório dos auditores independentes em 27 de abril de 2023, sem modificações. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte da auditoria efetuada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações efetuadas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se estas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 8 de março de 2024

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ilmos. Srs. Diretores e Quotistas da **Ativas Data Center Ltda.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Ativas Data Center Ltda.** ("ATIVAS" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ativas Data Center Ltda.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contá-

**PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0**  
**Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador**  
**Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/484C-4226-ECF4-67A2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 484C-4226-ECF4-67A2



### Hash do Documento

E9NKhYAptlC4dn2aPuaj6miMT2hT0abPMJnX+TBXiDk=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 26/04/2024 22:24 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

